

A fecundidade no Rio de Janeiro

José Eustáquio Diniz Alves¹

Suzana Cavenaghi²

A cidade do Rio de Janeiro, tradicionalmente, possui a fecundidade mais baixa do Brasil. Antes de 1970, quando a média do número de filhos das mulheres brasileiras estava em torno de meia-dúzia, o Rio de Janeiro já apresentava uma taxa de fecundidade de 4 filhos por mulher. Na década passada, as mulheres cariocas já apresentavam taxas abaixo de 2,1 filhos, que é considerado o nível de reposição populacional (um filho para repor a mãe, um filho para repor o pai e 0,1 para compensar a mortalidade das crianças que não sobrevivem até a idade adulta).

O Brasil também chegou a uma taxa de 2,1 filhos por mulher, em 2003. Nas próximas décadas a população vai continuar aumentando devido ao efeito da alta fecundidade do passado e ao grande número de mulheres em idade reprodutiva, mas as taxas de crescimento vegetativo serão cada vez menores. O Brasil caminha para o time de países que deixaram para trás o espectro da “explosão demográfica” e segue a passos largos para o time preocupado com a escatológica idéia da “implosão demográfica”.

O Estado e a cidade do Rio de Janeiro continuam apresentando taxas de fecundidade abaixo da média brasileira e não existe nenhuma catástrofe demográfica à vista. Por que então há tanto debate sobre a questão da fecundidade? Por que existem tantas dúvidas e divergências? A explicação não é complicada: as taxas de fecundidade apresentadas pelos demógrafos são uma média e podem esconder diferenças importantes se não forem observadas com detalhe, pois uma parcela da população possui níveis de reprodução abaixo de 2,1 filhos e outra parcela possui taxas acima desse valor.

A tabela abaixo mostra as taxas de fecundidade para a cidade do Rio de Janeiro desagregadas por renda, educação e por condição de habitação – cidade ou favela (usamos a classificação de “aglomerado subnormal”, do IBGE, para identificar favelas e assemelhados). A metodologia de cálculo é complexa, mas proporciona números de entendimento simples.

Para a totalidade do município a taxa de fecundidade em 2000 era de 1,9 filhos por mulher. No entanto, as residentes na cidade (entendida como todo o município menos as áreas subnormais) possuíam uma fecundidade de 1,7 filhos e as moradoras em favelas tinham 2,6 filhos em média. Analisando por grau de instrução, nota-se que a fecundidade é mais alta para as mulheres que completaram no máximo o ensino fundamental, sendo 2,8 filhos na cidade e 3 filhos na favela. Acima de 9 anos de estudo a fecundidade, no ano 2000, era igual nas duas áreas (1,6 filhos) e já estava abaixo do nível de reposição.

Analisando por nível de renda, nota-se que a fecundidade, no ano 2000, foi de 3,4 filhos na cidade e de 4,2 filhos nas favelas para as mulheres que residiam em lares com renda domiciliar per capita menor do que $\frac{1}{2}$ salário mínimo (SM). As mulheres vivendo em domicílios com renda per capita entre $\frac{1}{2}$ e 1 SM tinham taxas de fecundidade de 2,7 filhos, tanto na cidade quanto na favela. Acima de 1 SM per capita, todas as mulheres cariocas já tinham fecundidade abaixo do nível de reposição, independente do local de moradia.

¹ Professor da Escola Nacional de Ciências Estatística (ENCE), do IBGE.

² Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Taxas de Fecundidade Total por anos de estudo e níveis de renda domiciliar per capita em salário mínimo: Rio de Janeiro, 2000.

Local	Total	Anos de estudo		Níveis de renda domiciliar		
		0-8 anos	9-11 anos	até 1/2 SM	1/2 a 1 SM	1 a 2 SM
"Cidade"	1,7	2,8	1,6	3,4	2,7	1,9
"Favela"	2,6	3	1,6	4,2	2,7	1,9

Fonte: Censo demográfico de 2000, do IBGE

Os dados da tabela mostram que, quando consideramos educação e renda, a diferença da fecundidade das mulheres que moram em favelas e a daquelas que moram no restante da cidade é mínima. A diferença média de quase um filho a mais na fecundidade da favela (2,6) comparada com a da cidade (1,7) não é devida às preferências reprodutivas muito distintas, mas sim ao maior percentual de mulheres com baixos níveis de instrução e renda residentes nas favelas.

A fecundidade mais alta ocorre principalmente diante das carências de educação e emprego, acrescidas das dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde sexual e reprodutiva. Estudos mostram que tanto as mulheres da cidade, quanto as moradoras das favelas querem ter menos filhos, mas freqüentemente acabam por ter gravidezes não planejadas, decorrentes da falta de meios anticoncepcionais.

Portanto, não cabe tanto alarde quanto tem sido feito ultimamente. Não existe uma “cidade partida” pela fecundidade. Querer justificar as injustiças sociais e a violência usando o alibi dos diferenciais de fecundidade é ignorar o fato de que os problemas com filhos jovens e adolescentes ocorrem independentemente do tamanho das famílias. A violência não é monopólio dos moradores da favela e a racionalidade não é exclusiva dos moradores da cidade.

Não devemos misturar alhos com bugalhos. Nem o Brasil e nem a cidade do Rio de Janeiro vivem um caos demográfico. Os problemas sociais devem ser resolvidos com políticas públicas. As pessoas podem escolher ter quantos filhos quiserem e quando os querem ter. Têm o direito de não querer ter crianças, de espaçar ou de limitar o número de filhos e a legislação nacional assegura este direito. Para isso, os sistemas públicos de educação e de saúde não somente devem oferecer as informações e os meios necessários para a regulação da fecundidade, mas devem fazer com que estes cheguem de maneira adequada até aqueles que mais necessitam.

A maioria do povo brasileiro já conta com os direitos de cidadania, falta expandi-los para uma parcela que está excluída dos progressos da modernidade. A tarefa não é impossível e não está além das possibilidades do poder público e da sociedade civil. Basta ter bom senso e boa vontade.